

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ADEMAR AUGUSTO SIMÕES JUNIOR

A NEGAÇÃO DO USO DA AMAZÔNIA AZUL AO INIMIGO:

Uma análise do submarino de propulsão nuclear no conflito das Malvinas em 1982.

Rio de Janeiro

2018

CC ADEMAR AUGUSTO SIMÕES JUNIOR

A NEGAÇÃO DO USO DA AMAZÔNIA AZUL AO INIMIGO:

Uma análise do submarino de propulsão nuclear no conflito das Malvinas em 1982.

Trabalho III-C-6-T1 – Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM-1) Marcos Antônio N. Rios

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, Ademar e Sildiléa, que foram e são meus alicerces que servem de sustentação para evolução da minha vida pessoal e profissional.

A minha esposa Fernanda e meu filho Nicolás, agradeço mais uma vez o apoio e compreensão pelos períodos de ausência de suas presenças os quais foram fundamentais do início à consolidação deste trabalho, amo vocês.

A minha sobrinha, Raiane, por emprestar seu valoroso tempo em me apoiar nessa empreitada.

Ao meu orientador, CMG(RM-1) Rios, por seus valiosos conselhos e oportunas observações às quais contribuíram de maneira indelével para o incremento na qualidade deste estudo.

RESUMO

É notório perceber o quão importante o espaço marítimo brasileiro também chamado de Amazônia Azul é para o desenvolvimento do presente e futuro do país. Espaço dotado de infindáveis recursos naturais como petróleo e minerais, por exemplo, podem despertar interesses alheios os quais vão de encontro com a soberania dessa área que somam quase quatro milhões e meio de quilômetros quadrados. Para proteger essa imensa região, é necessário dotar o Estado brasileiro de uma estratégia nacional de defesa que seja compatível com a realidade de um país em desenvolvimento e que seja capaz de prover um Poder Naval brasileiro com condições de se opor a uma força naval mais forte representada por outro Estado que tenha interesse nessa gigantesca área. Este trabalho tem o propósito de seguir uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica comparando a teoria com a realidade a fim de validar a atual Estratégia Nacional de Defesa (END), com o foco na tarefa básica do Poder Naval – A negação do uso do mar ao inimigo – empregando, hipoteticamente, os submarinos de propulsão nuclear e convencional previstos no programa de desenvolvimento de submarinos brasileiros (PROSUB) no partido da Argentina no conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982 contra o Reino Unido o qual possuía uma força naval superior a do país sul-americano. A teoria da Jeune École servirá de auxílio para análise com a realidade, uma vez que a mesma preconizava como uma marinha de menor porte deveria se contrapor a uma marinha de maior porte e assim se fazer uma adaptação dos seus conceitos para a atualidade. Além das fontes bibliográficas, serão abordados alguns documentos como a atual Política Nacional de Defesa e a atual Estratégia Nacional de Defesa as quais nortearão qual estratégia mais adequada deve ser adotada pelo Poder Naval brasileiro a fim de se opor a uma força naval superior e, então proteger a Amazônia Azul. Como conclusão será verificado se é possível a força naval brasileira proteger esse espaço marítimo contra uma força naval mais forte e conseqüentemente apresentar a validação da atual Estratégia Nacional de Defesa.

Palavras-chave: A negação do uso do mar ao inimigo, Amazônia Azul, Estratégia Nacional de Defesa, PROSUB e Conflito pela disputa das Ilhas Malvinas em 1982.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Amazônia Azul.....	47
Figura 2 – Áreas de atuação dos submarinos previstos no PROSUB.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS

1ªGM -	Primeira Guerra Mundial
2ªGM -	Segunda Guerra Mundial
AJB -	Águas Jurisdicionais Brasileiras
BID -	Base Industrial de Defesa
CAM -	Controle de Área Marítima
CEE -	Comunidade Econômica Européia
CL -	Cruzador Ligeiro
CLPC -	Comissão de Limites da Plataforma Continental
DMN -	Doutrina Militar Naval
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
LCM -	Linha de Comunicação Marítima
NAe -	Navio Aeródromo
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC -	Plataforma Continental
PND -	Política Nacional de Defesa
PROSUB -	Programa de desenvolvimento de submarinos
SN-BR-	Submarino de Propulsão Nuclear brasileiro
TOM -	Teatro de Operações Marítimo
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A TEORIA DA JEUNE ÉCOLE.....	12
2.1	O Esmorecer.....	15
2.2	A adaptabilidade da Jeune École.....	17
2.3	Teoria x Realidade.....	20
3	O CONFLITO PELA DISPUTA DAS ILHAS MALVINAS EM 1982	21
3.1	Quadro político-estratégico.....	22
3.2	A localização das Malvinas	25
3.3	A Invasão.....	26
3.4	A capacidade de negação do uso do mar ao inimigo por um submarino	27
4	A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, O PROSUB E SUAS APLICAÇÕES	30
4.1	A Política Nacional de Defesa e a atual Estratégia Nacional de Defesa	30
4.2	Programa de desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB)	36
5	CONCLUSÃO.....	42
	REFERÊNCIAS.....	45
	ANEXO A – MAPA DA AMAZÔNIA AZUL	47
	ANEXO B – ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SUMARINOS PREVISTOS NO PROSUB.....	48

1 INTRODUÇÃO

Há quem diga que o futuro da humanidade dependerá dos recursos que vem do mar. Nesse sentido, torna-se mandatário o Estado brasileiro praticar sua mentalidade marítima para que o seu mar seja protegido de interesses alheios.

O espaço marítimo brasileiro compreende aproximadamente 3,6 milhões de quilômetros quadrados. O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental (PC)¹, além das 200 milhas marítimas, o que acrescentará à atual uma área de cerca de 900 mil quilômetros quadrados. Uma vez atendidas às recomendações do Brasil à CLPC, de aumento de sua extensão, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir uma área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, pouco menor que a Amazônia Verde - 5,2 milhões de quilômetros quadrados (BRASIL, 2018 b.).

Assim, na tentativa de voltar os olhos do Brasil para o mar sob sua jurisdição, por se tratar de uma fonte infindável de recursos, incalculáveis bens naturais e abundante biodiversidade, a Marinha do Brasil criou o termo "Amazônia Azul". Esse termo busca em analogia com os recursos da vasta região terrestre, que é a Amazônia verde, representar sua equivalência com a área marítima.

Esse imenso espaço marítimo chamado Amazônia Azul (vide figura 1) deve ser

¹ A PC de acordo com o artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. A delimitação do limite externo da PC além das 200 milhas marítimas, responsabilidade do Estado costeiro, não pode ultrapassar a distância de 350 milhas marítimas das linhas de base ou de 100 milhas marítimas da isóbata de 2.500 metros de profundidade (BRASIL, 2017).

interpretado sob quatro (04) vertentes: econômica, da soberania, científica e ambiental (BRASIL, 2017).

Sobre a vertente econômica é importante ressaltar que mais de 95% do comércio exterior brasileiro é transportado por via marítima e 87% do petróleo brasileiro tem origem no oceano, em mar que pode ser explorado. Em profundidades de até 400 metros são retirados 11% desse total de petróleo, 30% são provenientes de profundidades entre 400 e 1000 metros e a maior quantidade, perto de 46%, é proveniente de águas acima de 1000 metros. O Brasil desenvolveu uma complexa tecnologia para explorar petróleo em profundidades acima de 1000 metros e tal recurso é explorado na recente Bacia de Santos, conhecida como pré-sal (FERNANDES, 2014).

Para se ter uma visão mais completa da dimensão das zonas marítimas ou adjacentes nas quais se exploram tanto o petróleo, como também o gás, aqui são descritas as bacias inseridas nesse espaço marítimo: Foz do Amazonas; Pará-Maranhão; Barreirinhas; Ceará-Potiguar; Sergipe-Alagoas; Camamu e Almada; Jequitinhonha; Espírito Santo; Campos; Santos e Pelotas, ou seja, uma área marítima de norte a sul do país (BRASIL, 2018 b.).

Assim, pode-se evidenciar que as reservas brasileiras de petróleo e gás estão totalmente inseridas na área marítima, demonstrando uns dos recursos econômicos e riquezas existentes em nossa Amazônia Azul.

Ainda dentro desse espaço marítimo, também podem-se encontrar, por exemplo, recursos minerais de alto valor socioeconômico, a citar: Granulados bioclásticos (Carbonatos) com aplicação na indústria de fertilizantes, fosfato e sais de potássio aplicado tanto na indústria química quanto na de fertilizantes (FERNANDES, 2014).

Com relação a vertente da soberania, há de se entender que a defesa desse espaço marítimo, realizada pela Marinha do Brasil, deve ser feita de maneira que no mínimo dificulte uma agressão armada perpetrada por outro Estado contra a soberania dessa região, haja a vista

a imensa fonte de importantes recursos naturais de valores socioeconômicos e estratégicos encontrados na Amazônia Azul que despertam cobiças.

A vertente científica engloba um conjunto de programas e ações reunidas que geram conhecimento sobre o ambiente marinho a respeito de sua preservação, uso racional dos recursos no mar encontrados e permitem, portanto, a formação de recursos humanos. Essa geração de conhecimento proporcionado através de pesquisa permite, conseqüentemente, potencializar a vertente econômica de forma sustentável e também contribuir para soberania desse espaço.

A vertente ambiental está voltada para programa e projetos voltados à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos direcionados, principalmente, para o investimento na reconversão dos efetivos danosos da poluição, na revitalização urbanística das cidades, na valorização da paisagem natural – visando o desenvolvimento de novas atividades, como o ecoturismo e a educação ambiental – e para a manutenção da qualidade ambiental.

Diante da importância econômica, científica e ambiental que esse imenso espaço marítimo representa para o Estado brasileiro, torna-se mister fazer uso de uma estratégia nacional de defesa que possa produzir efeito contrário a forças oponentes, principalmente, se essas forças forem superiores e virem do mar, garantindo a vertente da soberania. Mas, seria possível uma força naval inferior, nesse caso a brasileira, ser capaz de se opor a uma força superior vinda do mar que ameace a soberania da Amazônia Azul?

Para responder a pergunta anteriormente citada, este trabalho tem o propósito de seguir uma metodologia analítica e descritiva fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica analisando a teoria com a realidade a fim de validar a atual Estratégia Nacional de Defesa (END) com o foco na negação do uso do mar ao inimigo, que é uma das tarefas

básica do Poder Naval². Para isso empregar-se-á, hipoteticamente, os submarinos de propulsão nuclear e convencional previstos no programa de desenvolvimento de submarinos brasileiros (PROSUB) no partido da Argentina no conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982 contra o Reino Unido o qual possuía uma força naval superior a do país sul-americano.

A teoria da Jeune École servirá de apoio para análise em lide, tendo em vista que a mesma preconizava o modo como uma marinha de menor porte (mais fraca) deveria se contrapor a uma Marinha de maior porte (mais forte), podendo-se, a partir desta análise, fazer uma adaptação dos seus conceitos para os dias atuais.

Para atingir o propósito mencionado anteriormente e visando a ordenada concatenação de ideias, o desenvolvimento deste trabalho, a partir desta presente introdução (capítulo 1), foi distribuído conforme a seguir: Os capítulos dois, três, quatro e cinco apresentarão, respectivamente, a teoria da Jeune École; o conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982, mostrando o impacto de um submarino de propulsão nuclear em uma contenda no mar; a atual END e o PROSUB e, finalmente, uma análise conclusiva deste estudo.

² O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas END (BRASIL, 2017, cap.1 p.4-5).

2 A TEORIA DA JEUNE ÉCOLE

O propósito deste capítulo é apresentar os conceitos da teoria da Jeune École, mostrar seu ápice quanto ao seu emprego, identificar o seu enfraquecimento enquanto pensamento estratégico marítimo e evidenciar que mesmo após a prostração de sua base teórica, sua escola de pensamento, ainda que adaptável, permanece ecoando principalmente nas marinhas menos potentes a fim de se oporem a grandes marinhas de guerra. No final do capítulo será feita uma reflexão hipotética analisando essa teoria com a realidade dentro do contexto do conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982, com as devidas adaptações para a atualidade.

No Tratado de Estratégia, Coutau Begarié (2010) cita a teoria da Jeune École da seguinte maneira:

Ao contrário de Mahan³, o almirante Aube suscita, nos anos 1870, uma corrente que qualificará a si própria de Jeune École. Contra o dogmatismo da escola histórica, ele fundamenta sua análise (*La guerre maritime et les ports français*, 1882; tradução italiana 1882; *De la Guerre navale*, 1885) sobre o caráter mutante do contexto internacional e sobretudo dos instrumentos disponíveis. Aube estima que os ensinamentos das grandes batalhas do passado tornaram-se caducos pelo aparecimento de novos meios como a mina e o torpedo, que funcionam como equalizadores de poder. Ele propõe tirar partido disso no contexto de estratégias nacionais adaptadas a cada país e a cada situação. Para a França, que não pode rivalizar com a potência marítima britânica, ele sugere recorrer à guerra costeira, com o uso de torpedeiros, para impedir a repetição dos bloqueios cerrados do passado, e à guerra de cruzadores, para obrigar a frota britânica a defender seu tráfego e, desse modo, dispersar suas forças, de maneira a obter uma redução do corpo de batalha britânico, o que tornaria concebível uma batalha em linha (COUTAU BEGARIÉ, 2010, p.436).

A teoria da Jeune École foi concebida na França, após a derrota na guerra contra a Prússia, entre 1870-1871. Esta linha de pensamento foi influenciada fortemente pela difícil situação econômica, pelo desenvolvimento do torpedo autopropulsado e pela tradicional

³ Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um estrategista naval cujos escritos sobre a centralidade do mar na grandeza dos países, realizados a partir de finais do século XIX, influenciaram gerações sucessivas de políticos e oficiais em todo o mundo e desencadearam o forte investimento na edificação de capacidades navais, que se verificou na década precedente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

rivalidade entre a França e a Reino Unido, que tinha historicamente um papel relevante nas atuações das respectivas Marinhas (VIDIGAL, 1998).

O cenário em questão marcava a saída da França da guerra Franco-Prussiana onde sua marinha havia sido derrotada por outra de dimensões nitidamente inferiores, na impossibilidade de reconstruir um poder naval em tempo hábil para a revanche. Os chefes militares franceses voltaram-se para a possibilidade de um revide por terra, às bases da economia francesa não estavam assentadas, fundamentalmente, no comércio exterior por via marítima e sua defesa externa dependia domínio de áreas restritas e relativamente próximas do litoral e como se não bastasse o aparecimento do torpedo, das minas e dos torpedeiros, o cenário parecia anunciar o fim dos grandes navios de linha.

A França não estava em condições econômicas de construir os grandes encouraçados, navios de batalha da época, também denominados de navios de linha como preconizado pelos defensores da batalha decisiva para se contrapor ao Reino Unido. Era, então, a solução que uma parcela da oficialidade francesa concebia para tentar, de forma inovadora, e centrada fortemente no advento de uma nova tecnologia - o torpedo autopropulsado - vencer um possível confronto contra os britânicos.

O grande nome associado à Jeune École foi o do Almirante francês Théophile Aube (1826-1890) que previu a obsolescência das grandes Esquadras, o fim da linha de Batalha tradicional e a preponderância dos navios pequenos e bem armados utilizados em ataques rápidos e inesperados contra os importantes e custosos navios de linha.

Segundo Aube, as grandes Marinhas não mais combateriam dentro de um tradicionalismo previsto, mas sim contra um inimigo pequeno e traiçoeiro, cujo efeito desejado era atacar o fraco e fugir do forte (COUTAU BEGARIÉ, 2010).

Em termos gerais a teoria da Jeune École pregado pelo Almirante Aube preconizava o seguinte (DE MATTOS, 2004):

a) o emprego de torpedeiros, velozes e de pequeno porte, armados com os novos torpedos autopropulsados, testados, com sucesso em combate, pela primeira vez no confronto entre russos e turcos no Mar Negro, em 1878 - para a defesa do litoral contra possíveis tentativas de incursão/bloqueio por parte dos navios de maior deslocamento e para pequenas incursões contra os portos britânico - aproveitando-se da proximidade geográfica. Eram Navios de construção barata e com respeitável poder de destruição, graças às inovações tecnológicas que veio atender às necessidades de uma Marinha de poucos recursos;

b) a guerra de corso⁴ utilizando cruzadores rápidos contra o tráfego marítimo britânico. O Reino Unido possuía uma grande dependência desse tráfego, além do fato de que qualquer navio inglês empregado na tarefa de proteger esse tráfego ameaçado seria um meio a menos de bloquear os portos franceses; e

c) multiplicação das bases francesas ao longo do litoral, inclusive as do norte da África, mesmo que em tamanhos reduzidos, a fim de dificultar o bloqueio por parte da esquadra britânica aos meios da força naval francesa. Distribuindo seus meios por inúmeros pontos do litoral, os franceses obrigavam seu adversário, caso escolhessem pelo bloqueio, a dispersar sua força naval em número equivalente a esses pontos.

A Jeune École, como concepção estratégica, possuía duas características importantes: era realizada pela “poeira naval”- termo que se estabelece para navios de pequeno porte, do que decorre ser realizável apenas em ambiente marítimo restrito e era fundamentalmente ofensiva, porque tinha o mesmo propósito da linha de batalha que era a destruição de navios de guerra da esquadra inimiga (ABREU, 2014).

O mundo recebeu, de uma maneira geral, positivamente essa nova escola de pensamento. Várias marinhas reduziram sensivelmente os caros projetos de construção de

⁴ Guerra de Corso - ataques esporádicos e múltiplos, geralmente por unidades navais operando isoladas, lançados contra o tráfego marítimo do inimigo explorando, no mais alto grau, o fator surpresa.

encouraçados para dar prioridades aos torpedeiros e os cruzadores leves. Durante seu período à frente do Ministério da Marinha, de 1886 a 1887, o Almirante Aube influenciou de maneira direta a política de construção de novos meios navais. Como uma de suas primeiras ações no Ministério da Marinha francesa, ordenou a construção de cruzadores e torpedeiros, esse período foi considerado como o apogeu da Jeune École (VIDIGAL, 2000).

Nota-se então que no espaço temporal entre o final do século XIX e o início do século XX a escola de pensamento estratégico Jeune École foi de grande valia para que a França se contrapusesse a uma potência marítima mais forte e tirasse resultados positivos empregando seus torpedeiros e cruzadores contra navios de guerra de maior porte.

2.1 O Esmorecer

O auge do pensamento estratégico naval da Jeune École não foi perene, o seu enfraquecimento tem como causas os seguintes acontecimentos (DE MATTOS, 2004):

a) a morte do Almirante Aube, em 1890. Ainda que muitos outros tenham tentado manter vivas as ideias e as suas concepções durante toda a década de 90, como Paul Fontin - antigo secretário particular de Aube, autor de diversos trabalhos como o *Essai de Strategie Navale* de 1893 - a Jeune École não foi mais a mesma sem seu principal mentor;

b) o aparecimento do contratorpedeiro – navio, também, ligeiro e pequeno, armado com canhões - e a instalação das baterias secundárias nos navios de linha;

c) a controvérsia que surgiu entre as autoridades navais francesas, principalmente após a divulgação, em 1890, do livro: *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*; do Almirante americano Alfred T. Mahan, defendendo entre muitos outros pontos, a importância dos navios de grande porte.

d) o embate colonial ocorrido em território africano, entre o Reino Unido e a França,

conhecido como Fachoda, em 1898 - quando os franceses uma vez mais perceberam que era importante possuir uma marinha de maior peso para poder sustentar suas ações coloniais; e

e) o acordo firmado de uma aliança entre a França e o Reino Unido, em 1904, chamada de Entente Cordiale, inicialmente, para resolver de uma forma pacífica as disputas coloniais entre os dois países, que menos de um ano depois se transformou num acordo contra a crescente expansão da Alemanha. A ação político-diplomática minimizou as preocupações francesas no que concerne à defesa de seu litoral contra os britânicos. Isto permitiu redirecionar os esforços para a ameaça representada pela Alemanha.

Uma das consequências da implantação da Jeune École foi a Marinha da França chegar à Primeira Guerra Mundial-1ªGM (1914-1918) em situação de inferioridade em relação às maiores potências da época, como o Reino Unido e a Alemanha. Motivo pelo qual muitos autores, como o Almirante francês Raoul Castex (1878-1968), estrategista naval francês, autor da conhecida obra *Théories Stratégiques*, consideraram essas ideias prejudiciais à França (VIDIGAL, 2000).

Entretanto, Castex reconheceu a pertinência e a permanência de alguns conceitos emanados pela Jeune École, como a importância da velocidade e do menor porte das unidades navais operando em maior número, no confronto com as de maior porte e mais lentas, como os encouraçados. Castex identificou na Jeune École a importância da evolução da estratégia com o avanço tecnológico e diante de uma conjuntura específica – o novo torpedo autopropulsado e a difícil situação econômica da França (WEDIN, 2015).

A Jeune École pode não ter contribuído positivamente para o preparo da Marinha francesa na 1ªGM, mas as concepções estratégicas do Almirante Aube permanecem vivas, principalmente nos países que não dispõem de meios para formarem grandes Marinhas (VIDIGAL, 1998).

Vale lembrar que na Segunda Guerra Mundial-2ªGM (1939-1945), no Atlântico, não

houve oportunidade para grandes confrontos onde a vitória de uma batalha definiria o resultado da guerra, ficando os acontecimentos navais limitados à guerra de Corso alemã, empregando seus submarinos contra os navios de guerra dos aliados e contra o tráfego marítimo britânico. Acontecimentos esses perfeitamente enquadrados naquilo que preconizava a Jeune École. O próprio premier Winston Churchill, em sua “História da Segunda Guerra Mundial”, ressaltou que a Batalha do Atlântico foi o período em que mais temeu pelo Império Britânico e nada o deixou mais preocupado do que o “perigo dos submarinos” (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

Logo, fica evidente que o pensamento estratégico pregado pela Jeune École teve seu tempo de glória, mas também teve seu declínio, principalmente com a constatação da realidade de inferioridade da marinha francesa na 1ªGM.

No entanto, percebe-se que seus conceitos continuaram a influenciar marinhas ao longo da história, principalmente em Estados que não têm capacidade de possuírem marinhas de grande porte a fim de se oporem a grandes potências marítimas.

2.2 A adaptabilidade da Jeune École

A análise criteriosa, com as devidas adaptações, da concepção estratégica defendida pelo Almirante Aube, pode ser de especial valia, ainda hoje, para países possuidores de recursos orçamentários insuficientes para montar forças navais adequadas para se contrapor a outros países bem mais poderosos.

Tomando-se por base que os recursos orçamentários brasileiros alocados à defesa nacional foram sempre aquém dos exigidos para se garantir meios suficientemente adequados tanto em termos quantitativos quanto qualitativos para realizar a proteção das águas jurisdicionais brasileiras, nossa Amazônia Azul, pode-se então adaptar os conceitos da Jeune

École para os dias atuais no que diz respeito aos meios navais.

É possível conceber a substituição dos cruzadores leves e dos torpedeiros do Almirante Aube os quais deveriam ter no máximo 2000 toneladas de deslocamento, grande manobrabilidade, altas velocidades e grande poder de destruição pelos submarinos convencionais e até mesmo pelos submarinos de propulsão nuclear previstos no PROSUB a fim de contribuírem com a tarefa básica do poder naval: A negação do uso do mar ao inimigo.

Os submarinos constituem a arma clássica para o cumprimento da tarefa básica do poder naval de negação do uso do mar⁵ ao inimigo. Sua principal característica, a capacidade de ocultação, lhe dá uma grande vantagem, mesmo contra as potências navais mais desenvolvidas, pois é o meio por excelência para um poder naval inferior confrontar com um poder naval superior. Configurando-se como, possivelmente, a única segurança de sobrevivência de uma marinha mais fraca diante da presença de inimigos mais fortes (COSTA, 1997).

A negação do uso do mar é normalmente realizada por quem não tem condições de estabelecer o controle de áreas marítimas ou quando não há interesse em fazê-lo. A negação do uso do mar pode incluir, entre outras medidas, a destruição de navios de guerra ou mercantes inimigos, sendo os submarinos plataformas por excelência para sua realização (ABREU, 2014).

A projeção de poder foi e continua sendo a principal forma de pressão no mundo desenvolvido sobre outros Estados ou sociedades, tendo sido extensivamente empregada no processo neocolonialista dos séculos XIX e XX.

Em situação diferente daquela época, o lado mais fraco não é mais completamente inoperante no mar. Vários dos atuais Estados em desenvolvimento possuem um Poder Naval

⁵ A Doutrina Militar Naval tem a seguinte definição para a negação do uso do mar: Consiste em impedir que um oponente utilize ou controle uma área marítima para seus propósitos, por certo período de tempo, sem que seja requerido o uso por nossas próprias forças (BRASIL, 2017).

que pode oferecer considerável oposição e os mesmos orientam suas Políticas e Estratégias Nacional de Defesa levando em consideração a pressão citada anteriormente (ABREU, 2014).

Ao considerar as ideias da Jeune École do século XIX, é possível fazer uma comparação com a situação da MB do século XXI e fazer um paralelo, analisando a Estratégia Nacional de Defesa atinente ao Poder Naval brasileiro.

As instruções previstas na Estratégia Nacional de Defesa para a Marinha do Brasil, documento que será abordado no capítulo 4, definem uma opção estratégica fundamental na preparação para o cumprimento das tarefas básicas do poder naval – priorizar a capacidade de negar o uso do mar ao inimigo que se aproxime do território pelo mar. Trata-se de uma concepção bastante defensiva, em que os submarinos tornam-se o meio principal das operações, principalmente em situações de grande inferioridade (ABREU, 2014).

Dessa forma, a opção pelos submarinos convencionais e submarinos de propulsão nuclear previstos no PROSUB, ora em curso, em atendimento a Estratégia Nacional de Defesa, indica ser a que melhor se adapta a teoria da Jeune École para se aplicar o Poder Naval brasileiro, cumprindo a tarefa básica de negação do uso do mar ao inimigo se contrapondo a uma força naval superior.

2.3 Teoria x Realidade

No Tratado de Estratégia, Coutau Begarié (2010) cita Bernard Brodie (1910-1978), famoso estrategista militar estadunidense, como sendo o responsável por compreender plenamente o vulto da transformação da estratégia marítima, ao ser o primeiro a estabelecer a dissociação entre o domínio do mar tradicional e a negação do uso do mar, praticados respectivamente por uma potência marítima mais forte e por uma potência marítima mais fraca através do submarino:

Quando é praticada em grande escala e com toda a persistência possível por submarinos em grande número, operando em regiões focais do tráfego marítimo, esta forma de estratégia pode trazer tal quantidade de sucessos que pode dar àqueles que a praticam ao menos os benefícios negativos ordinariamente associados com o domínio do mar. Tornava-se evidente que um bloqueio de superfície, se completo fosse, podia agora ser contrabalançado por qualquer coisa semelhante a um contra-bloqueio e que a decisão no mar podia não ser ganha pelo beligerante senhor da marinha mais poderosa, mas por aquele que fosse o menos sensível à interrupção das comunicações marítimas. O que se compreendia pelo termo domínio do mar, na velha linguagem da estratégia, tornou-se certo sentido divisível, e as autoridades navais se vêm a distinguir entre o domínio da superfície e o domínio submarino do mar (COUTAU BEGARIÉ, 2010, p.468).

É dentro desse contexto, lançando mão da teoria da Jeune École que é possível analisar e realizar adaptações dos cruzadores e torpedeiros nela preconizados por submarinos, sejam eles convencionais e/ou de propulsão nuclear e fazer uma analogia com o conflito pela disputa das ilhas Malvinas ocorrida em 1982 onde uma força naval mais forte - Reino Unido - se opôs a uma força naval mais fraca - Argentina - e assim fazer uma reflexão através da seguinte hipótese: Se a marinha da Argentina possuísse um (01) ou mais submarino de propulsão nuclear, conforme previsto no PROSUB, teria o submarino britânico, também de propulsão nuclear, obtido certo grau de “liberdade” de ação para atuar no Teatro das Operações Marítimas (TOM) nas Malvinas?

3 O CONFLITO PELA DISPUTA DAS ILHAS MALVINAS EM 1982

O propósito deste capítulo é apresentar, através de fato histórico, o impacto que o submarino de propulsão nuclear britânico gerou na marinha argentina ao ser empregado no conflito pela disputa das Ilhas Malvinas em 1982 e fazer uma reflexão sobre o possível desfecho caso a marinha desse país sul-americano tivesse também o mesmo tipo de submarino.

Para atingir esse propósito, esse conflito será contextualizado e o quadro político-estratégico em que o mesmo estava inserido será abordado. Serão destacados aspectos como a localização do arquipélago das Malvinas e a invasão propriamente dita das ilhas pelos argentinos com a conseqüente reação do governo britânico e a partir disso será possível evidenciar o quão poderoso um submarino, em especial o nuclear, é na capacidade de negar o uso do mar ao inimigo e interferir nas operações navais de uma Esquadra. Após todas essas considerações, pretende-se, finalmente, concluir com uma reflexão hipotética.

As características básicas dos diferentes tipos de submarinos serão apresentadas no capítulo quatro (04), no entanto é preciso ressaltar que o termo nuclear atinente a um submarino trata-se da sua propulsão e não do seu armamento. Tal recurso lhe confere uma autonomia infinita quando se pensa em combustível uma vez que não há necessidade de reabastecimento e também sua velocidade é bem maior que as dos submarinos convencionais cuja propulsão é diesel-elétrica, diferenças essas que tornam um submarino nuclear mais eficiente estrategicamente que os submarinos convencionais.

No enfrentamento de forças navais, a superioridade dos submarinos nucleares sobre os submarinos convencionais é acentuada por dependerem muito menos do local das ações e permitirem melhor aproveitamento político das mesmas. O conflito das Malvinas demonstrou que uma força naval formada apenas por navios de superfície só opera numa área onde um

submarino nuclear esteja presente, com a aquiescência dele (ABREU, 2014).

3.1 Quadro político-estratégico

Antes de contextualizar o conflito envolvendo o país europeu e o sul-americano em 1982, é preciso fazer uma breve análise de seus antecedentes. Em 1833, uma expedição britânica, com seu viés de conquistas territoriais ultramarinas invadiu as Ilhas do Atlântico Sul, situadas a aproximadamente 460 milhas náuticas da costa Argentina. A partir de então, o país sul-americano reclamou por várias vezes a soberania das Ilhas Malvinas – Falklands para os britânicos – uma vez que os argentinos anunciavam a posse legítima desse território.

A afirmação, pelos argentinos, que as Ilhas Malvinas pertenciam a seu território gerava controvérsias, pois os moradores dessas Ilhas – chamados kelpers – queriam continuar britânicos e não queriam nenhum tipo de entendimento com a Argentina, surgindo assim uma das primeiras divergências político-sociais entre aqueles que reivindicavam a posse do território e aqueles que de fato habitavam as Ilhas.

No início de 1982, o regime militar argentino detentor do poder nessa época encontrava-se totalmente desgastado devido a repetidos erros de ordem político e social sem precedentes. A opinião pública interna reprovava o governo militar argentino e somente um apelo que gerasse comoção nacional muito forte poderia manter os militares no poder. Ao planejar uma operação militar de recuperação das Ilhas Malvinas, e tendo como consequência a vitória nessa empreitada, os militares argentinos tinham a percepção que uma vez essa hipótese se concretizando, seria a chance para a sua reafirmação no poder como também reestabelecer suas intenções futuras no governo (DUARTE, 1986).

No dia 02 de abril de 1982 deu-se o início da campanha de recuperação das Ilhas Malvinas pela Argentina envolvendo suas Forças Armadas. Além da motivação de caráter

político-econômico atinente aos fatores internos do país sul-americano os quais levaram os militares argentinos a se envolverem nessa contenda, eles também acreditavam que não haveria disposição por parte dos britânicos em lutar por esse arquipélago. Isto porque desde a posse de um governo trabalhista no Reino Unido, em meados da década de 1960, o país passava por dificuldades econômicas o que implicava em modificação no conceito estratégico britânico. Esta mudança foi, posteriormente, ratificada no Livro Branco de Defesa de 1966 que afirmava que as futuras guerras em que o Reino Unido se veria envolvido seriam guerras da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶ e, sua principal tarefa seria essencialmente guerra antissubmarino, sob a proteção da aviação embarcada norte-americana (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

Anos mais tarde, o Livro de Defesa de 1981, determinou que a guerra antissubmarino seria mais barata se conduzida por contratorpedeiros e fragatas e com isso o seu navio porta-helicópteros “Hermes” o qual poderia operar pesados helicópteros antissubmarino foi destinado à sucata ou supostamente vendido a Índia. Esses fatos político-econômicos que o Reino Unido atravessava, aliados aos fatores político-econômicos internos da Argentina, já anteriormente mencionado, vieram a corroborar a decisão tomada pelos militares argentinos em tentar anexar o arquipélago a seu território em 02 de abril de 1982 quando os mesmos invadiram as Ilhas Malvinas (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

No entanto, os argentinos não foram capazes de prever que a decisão, já tomada, de tentar anexar, para os argentinos, as Ilhas Malvinas a seu território e se envolver em um conflito armado contra o Reino Unido, dariam a oportunidade da então primeira-ministra Margaret Thatcher tirar de foco as críticas à sua política interna, como também dava a chance

⁶ A OTAN é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, que foi assinado em 04 de abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização.

ao Almirantado britânico de salvar a Royal Navy de sua redução conforme previsto no Livro de Defesa de 1981 do país europeu (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

É importante ressaltar que em um conflito armado, as ações políticas e as ações militares devem caminhar na mesma direção. Porém isso não foi possível para os dois oponentes. A resolução 502 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷ determinava a retirada das tropas argentinas do arquipélago ocupado. Dessa forma o Reino Unido obteve apoio da OTAN permitindo que o mesmo usasse suas unidades navais e aéreas que estavam dedicados a essa organização. Essas relevantes vitórias político-diplomáticas associadas a sanções impostas à Argentina por parte da então Comunidade Econômica Européia (CEE) como também o embargo de venda de armas, criariam condições favoráveis à campanha militar do Reino Unido (DUARTE, 1986).

Já a Argentina não teve sucesso em suas tratativas políticas no cenário internacional. Não conseguiu que a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vetasse a Resolução 502 da ONU quando na verdade acreditava que conseguiria. Essa resolução determinava a imediata cessação das hostilidades, a retirada das tropas argentinas do arquipélago e o início das negociações. Estava certa também que, por estar alinhada à época com o bloco liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), esse país se mantivesse neutro no conflito e assim ignorou a antiga aliança entre o Reino Unido e os EUA os quais possuíam vínculos fortíssimos (DUARTE, 1986). Fica assim evidente que as ações políticas argentinas foram ineficientes e tiveram consequências de grande relevância em suas ações militares.

O conflito armado entre o Reino Unido e a Argentina o qual envolveu Operações Navais de grande monta para ambos oponentes durou cerca de dois meses. O cenário das operações/ações militares era favorável ao país europeu, uma vez que a Argentina viu-se

⁷ A ONU foi criada em 24 de outubro de 1945 e trata-se de uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial.

sozinha no conflito diante de uma potência marítima como a do país britânico o que permitiu garantir a manutenção da posse do arquipélago das Malvinas ao Reino Unido.

O fato da Argentina se ver desamparada nessa contenda e, portanto, desfavorável às operações/ações militares ocorridas no TOM nesse conflito diante da potência naval britânica poderia ser mitigado caso o país sul-americano tivesse, por exemplo, uma capacidade maior de negar o uso do mar ao inimigo, o que será abordado a seguir.

3.2 A localização das Malvinas

As características geográficas do arquipélago das Malvinas onde se desenvolveram as operações militares desdobraram-se em duas porções: a marítima e a terrestre.

No entanto, ressalta-se que a disputa pelo arquipélago foi basicamente uma batalha entre meios navais e aeronavais os quais decidiram o desfecho do conflito. Para ambos oponentes, os fatores tempo-distância foram fundamentais. As ações militares restringiram-se às Malvinas e à Geórgia do Sul, distante cerca de 460 milhas náuticas do território argentino, cerca de 8.000 milhas náuticas das ilhas britânicas e cerca de 4.000 milhas náuticas da ilha de Ascensão, cujo uso pelo Reino Unido durante a campanha foi autorizado pelo secretário de Defesa dos Estados Unidos da América.

As duas ilhas principais do arquipélago são Falklands Leste (Gran Malvina para os argentinos) – onde fica a capital Port Stanley (Puerto Argentino para os argentinos) – e Falklands Oeste (Soledad), são separadas pelo estreito das Falkalands (Malvinas) que, na sua parte mais estreita, tem 4,4 quilômetros. Ao norte das duas ilhas principais, há algumas elevações com alturas variando entre 400 e 700 metros. As costas são muito recortadas e o terreno é bastante acidentado e de trânsito muito difícil. À época existiam apenas 4,5 quilômetros de estradas. O meio de transporte mais usado era o aéreo. Apenas 05 da cerca de

30 pistas existentes permitiam o pouso de aviões de grande porte. A maior era a do aeroporto da capital, seguida das Ilhas de Pebble e de Goose Green. Modernos aviões de combate não podiam operar de nenhuma pista das Malvinas, as condições atmosféricas na região eram extremas, com temperaturas muito baixas e ventos fortes e, devido à abundante vida marinha e mais ainda ao fato das camadas térmicas da água do mar não serem bem definidas, as condições sonares⁸ são adversas, fator que dificulta bastante à detecção de um submarino (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

3.3 A Invasão

Em termos gerais, a invasão do arquipélago das Malvinas ocorreu no dia 01 de abril de 1982 pelos argentinos. Segundo fontes argentinas, a recuperação das Malvinas deveria ter iniciado em 30 de março, porém as condições meteorológicas fizeram com que fosse adiada. Para invadir o arquipélago, a Argentina constituiu uma Força-Tarefa dividida em duas: Uma Força-Tarefa Anfíbia a qual tinha a missão de realizar uma operação anfíbia⁹ no arquipélago e outra Força-Tarefa de apoio, com a tarefa de dar apoio/proteção a Força-Tarefa Anfíbia.

Após a invasão do arquipélago ter sido consolidada pelos argentinos e as notícias terem chegado ao Reino Unido, a primeira-ministra declarou que as ilhas seriam retomadas e anunciou a formação de uma Força-Tarefa com essa missão (Operação Corporate). A partir de então, os primeiros submarinos nucleares britânicos começavam a ser movimentados em direção ao arquipélago sul-americano.

⁸ A propagação da onda sonora no meio líquido irá variar com pressão, salinidade, profundidade e principalmente com a temperatura desse meio. Por isso os equipamentos sonar existentes em alguns navios de guerra podem ter seus desempenhos afetados devido essas condições adversas.

⁹ A Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas.

No dia 07 de abril de 1982, o Ministério da Defesa britânico anunciou o estabelecimento, efetivo a partir de 12 de abril, de uma Zona de Exclusão Total (ZET), 200 milhas de raio em torno das ilhas. Para muitos especialistas, esse anúncio tinha mais propósito de mostrar a decisão britânica já que o Reino Unido não teria na área os meios navais necessários para tornar efetiva a medida. Entretanto, os britânicos anunciaram que 04 submarinos nucleares estariam na área e dariam efetividade à zona de exclusão estabelecida a partir da data divulgada (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

É importante ressaltar que no conflito pela disputa das Malvinas, a Esquadra argentina possuía somente 04 submarinos convencionais dos quais, um deles, o submarino Santa Fé, na noite do dia 24 de abril de 1982 tinha chegado à baía de Cumberland trazendo reforços para ilha, porém, ao deixar o porto no dia 25 do mesmo mês, viajando na superfície, foi avistado e atacado por helicópteros britânicos, afundando. Com relação aos submarinos nucleares britânicos, os argentinos tinham ciência de que pouco podiam fazer contra eles, o alcance do sonar dos seus navios de superfície o qual já era afetado pelas camadas térmicas adversas da água do mar na área era menor do que o alcance os torpedos dos submarinos nucleares britânicos (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

No dia 27 de abril de 1982, navios argentinos saíram de suas bases continentais e formaram outra Força-Tarefa a qual era constituída pelos Navio-Aeródromo (NAe) Veintecinco de Mayo, diversos Contratorpedeiros, Fragatas e por um Cruzador-Ligeiro(CL) chamado Belgrano a fim de fazer frente as forças navais britânicas as quais já tinham obtido êxito na retomada da Geórgia do Sul, ilha localizada a 780 milhas náuticas a leste do arquipélago da Malvinas a qual no início do conflito tinha sido ocupada pelos argentinos.

3.4 A capacidade de negação do uso do mar ao inimigo por um submarino

O cruzador-ligeiro CL Belgrano e 02 contratorpedeiros foram detectados no dia 2 de

maio de 1982 pelo submarino nuclear britânico Conqueror que, após pedir e obter permissão de Londres para atacar, já que o Belgrano encontrava-se a 36 milhas náuticas fora da ZET, torpedeou o cruzador argentino com o torpedo MK-8 (reliquia da 2ª GM), afundando-o rapidamente. O afundamento do cruzador ocasionou a perda de 323 militares de uma tripulação de 1093 homens, reforçando o temor argentino da impossibilidade de lidar com submarinos nucleares. Então, foi decidido pelos argentinos, não mais empregar a sua força naval de superfície, confinando seus navios nos portos ou na orla marítima, devido, possivelmente, ao entendimento da sua vulnerabilidade. Os aviões do NAe, argentino, Vientecinco de Mayo foram transferidos para as bases navais ao sul, de onde passaram a operar até o fim do conflito (VIDIGAL e ALMEIDA, 2009).

Abreu (2014) cita a importância do submarino na tarefa da negação do uso mar e faz menção à doutrina da marinha britânica a qual considera que o submarino nuclear é essencial para cumprir essa tarefa contra navios de superfície e submarinos:

Na guerra naval clássica, os submarinos têm emprego principal na negação do uso do mar porque, excetuando o ataque a objetivos terrestres, as operações especiais e as de esclarecimento, todas as demais consistem nessa tarefa básica, ainda que no contexto de algum esquema de controle de área marítima, como numa entrada de porto ou no apoio antissubmarino a forças navais. A doutrina da marinha britânica, inclusive, considera que o submarino nuclear é um sistema primordial para negação do uso do mar a submarino e navios de superfície (ABREU, 2014, p.76-77.).

Nota-se, então, que o submarino de propulsão nuclear mostrou toda a sua capacidade como instrumento de guerra, não só pelas baixas que causou ao CL Belgrano, mas também por tirar do campo de batalha a força naval argentina que estava convencida de não ter meios navais para lhe opor.

Tomando-se então como referência que a doutrina naval britânica considera que o submarino nuclear é um sistema primordial para negação do uso do mar a outro submarino e também a navios de superfície, pode-se inferir que:

O desfecho no TOM nesse conflito teria sido diferente, caso a Argentina tivesse uma

capacidade maior de negar o uso do mar ao inimigo através de mais submarinos convencionais e de um (01) ou mais submarinos de propulsão nuclear conforme previstos no PROSUB.

4 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, O PROSUB E SUAS APLICAÇÕES

O propósito deste capítulo é identificar o motivo pelo qual foi atribuída à Marinha do Brasil a priorização da tarefa básica do poder naval brasileiro: A negação do uso do mar ao inimigo e o porquê essa tarefa deve ser cumprida por uma força de submarinos. No final deste capítulo será apresentada a tentativa de validação da atual Estratégia Nacional de Defesa no tocante ao Poder Naval através da realização daquela tarefa prioritária. Para isso será feita uma analogia ao contexto do conflito pela disputa das ilhas Malvinas entre um partido mais fraco (Argentina) e um partido mais forte (Reino Unido).

Para atingir esse propósito serão abordadas a Política Nacional de Defesa (PDN) e a END, em vigor, como também o programa brasileiro de desenvolvimento de submarinos.

4.1 A Política Nacional de Defesa e a atual Estratégia Nacional de Defesa

A PDN e a END são documentos de alto nível os quais estabelecem os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de defesa da pátria e da garantia dos poderes constitucionais. Realizada pela primeira vez de maneira conjunta, a edição da PDN e da END também procura atender a um dos principais objetivos da Defesa Nacional: conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos temas do setor para o País, partindo de um pressuposto que Defesa não deve ser de interesse exclusivo dos militares ou do governo.

Assim, por meio da Mensagem número 323, de 17 de julho de 2012, a então Presidente da República encaminhou para aprovação do Congresso Nacional a PND e a versão da END, ambas elaboradas pela primeira vez de maneira harmônica e válida até hoje.

Esta medida confirma a END como um instrumento de Estado, posto que, ademais da moldura temporal do documento transcende ao período governamental e divide a responsabilidade de implementação com o Congresso Nacional.

A END trata da reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa (BID) e é nesse documento que estão previstos os objetivos estratégicos de cada Força os quais estarão alinhados com as diretrizes de estratégia nacional de defesa.

Para que se entendam os objetivos estratégicos previstos na END atinente à Marinha do Brasil, é preciso antes mencionar que a PND fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los, já a END estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política.

Os objetivos nacionais de defesa fixados na PND são:

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais; IV. contribuir para a estabilidade regional; V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; VII. manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional (BRASIL, 2012 a, p.29-30.).

É, então, fixados esses objetivos nacionais de defesa os quais nortearão as diretrizes nacionais de defesa previstas na END que surgirão os objetivos estratégicos de cada Força. Cabe aqui ressaltar algumas diretrizes previstas na END que terão impacto direto nos objetivos estratégicos atinentes à Marinha do Brasil, a citar (BRASIL, 2012 b, p.45-63.):

- Dissuadir concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres e **nos limites das águas jurisdicionais brasileiras** (grifo próprio), e impedir-lhes o uso do espaço aéreo

nacional.

- Promover a Capacitação da Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Serão buscadas parcerias com outros países, com o propósito de desenvolver a capacitação tecnológica e a fabricação de produtos de defesa nacionais, de modo a eliminar, progressivamente, a dependência de serviços e produtos importados.

- Dar base ao potencial estratégico em torno de capacidades. Convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos. O Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra.

Então diante das diretrizes nacionais de defesa previstas na END, cada Força terá seus objetivos estratégicos. Para efeito deste estudo será focado o primeiro, o terceiro e o sétimo dos dez objetivos estratégicos referentes à Marinha do Brasil previstos na END, pois os mesmos guardam relação direta com a tarefa básica do poder naval: Negar o uso do mar ao inimigo.

O primeiro objetivo estratégico da Marinha do Brasil tem seu foco principal na tarefa básica do Poder Naval prevista na Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017): A negação do uso do mar ao inimigo. A priorização dessa tarefa básica do Poder Naval representa uma alteração de grande monta, especialmente no que tange às demais atribuições a serem mantidas.

Quando se preconiza a negação do uso do mar como a tarefa que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil (BRASIL, 2012 b, p.65.), a END indica que a prioridade não se restringe ao direcionamento de recursos para a obtenção de meios (ênfatisando o submarino de propulsão nuclear); mas atinge, também, a prioridade no preparo e emprego da Força Naval.

Essa visão é ressaltada quando aponta “o objetivo prioritário da estratégia de

segurança marítima: a dissuasão com a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime, por meio do mar, do Brasil” (BRASIL, 2012 b, p.65.).

O terceiro objetivo estratégico referente à Marinha do Brasil previsto na END está intimamente ligado ao primeiro e diz que para assegurar a tarefa básica do Poder Naval de negação do uso do mar ao inimigo, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. Este diz ainda que o Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional, como de propulsão nuclear e acelerará os investimentos e as parcerias necessárias para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear os quais serão armados com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los, explorando tecnologias cibernéticas que guiem os submarinos e seus sistemas de armas, viabilizando atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas (BRASIL, 2012 b, p.68.).

O sétimo objetivo estratégico previsto na END diz que a priorização da negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime do Brasil pelo mar em um amplo espectro de circunstâncias de combate, sobretudo quando a força inimiga for muito mais poderosa, a força de superfície será concebida e operada como reserva tática ou estratégica. Preferencialmente, e sempre que a situação tática permitir, a força de superfície será engajada no conflito depois do emprego inicial da força submarina, que atuará de maneira coordenada com os veículos espaciais para efeito de monitoramento e com meios aéreos (BRASIL, 2012 b, p.72-73.).

Há de se entender o motivo pelo qual a END priorizou a tarefa básica do Poder Naval de negar o uso do mar ao inimigo em detrimento da tarefa básica do Poder Naval de Controlar áreas marítimas (CAM)¹⁰. Para tal, antes é preciso lembrar que o conceito de negar o uso do

¹⁰ O Controle de Área Marítima (CAM) visa a que nossas forças garantam certo grau de utilização, ainda que temporário, de uma área marítima limitada, fixa ou móvel, e, quando apropriado, neguem ou limitem o uso dessa área pelo oponente (BRASIL, 2017).

mar ao inimigo preconizado na DMN é impedir que um oponente utilize ou controle uma área marítima para seus propósitos, por certo período de tempo, sem que seja requerido o uso por nossas próprias forças. Ao comparar os efeitos desejados de ambas as tarefas, é notório perceber a complexidade de se realizar um CAM por uma força naval.

Os efeitos desejados da negação do uso do mar ao inimigo são (BRASIL, 2017):

- a destruição ou neutralização das forças hostis;
- o ataque às Linhas de Comunicação Marítima (LCM)¹¹ inimigas; e
- o ataque ou a conquista de áreas terrestres, que controlem áreas de trânsito ou que permitam a instalação de bases de apoio para a proteção de nossas LCM.

Os efeitos desejados do CAM podem ser (BRASIL, 2017):

- provimento de áreas de operações seguras para projeção de poder sobre terra;
- provimento de segurança às LCM;
- provimento de segurança à exploração e ao aproveitamento dos recursos do mar;
- garantia da preservação dos recursos naturais dentro da ZEE; e
- impedimento do uso de área marítima ou ilhas oceânicas, pelo inimigo, como apoio logístico ou para projetar seu poder sobre território ou área que se deseja proteger. Destaca-se a importância do controle limítrofe ao território que se deseja proteger, como defesa contra ataques oriundos do mar. Portanto, esta tarefa básica é apropriada para se contrapor à projeção de poder adversário e reduz a necessidade de aplicar, em toda a extensão do litoral protegido, forças terrestres e aéreas, desonerando-as para emprego em outras áreas ou missões.

Nota-se, então, que para atingir os efeitos desejados do CAM, dado a sua complexidade, é preciso ter meios navais, dos mais diversos, suficientes tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. A marinha que consegue obter tal controle tem a liberdade de utilizar o mar como desejar, seja para manter as LCM de seu país, para permitir a

¹¹ Linha de comunicação marítima trata-se de uma linha marítima de movimento, entre dois ou mais pontos sobre os quais tropas e materiais, militar ou civil são transportados (BRASIL, 2015).

exploração e a exploração de recursos em suas águas jurisdicionais, para utilizá-lo como meio de transporte de forças militares, ou mesmo para resguardar a população do moderno armamento naval. Para isso o Estado deverá ter um orçamento considerável destinado a sua marinha para mobilhá-la a fim de que se cumpra tal efeito desejado.

Analisando e comparando seu efeito desejado, a negação do uso do mar ao inimigo é uma opção de um Estado que possui uma marinha a qual não tenha condições de estabelecer um CAM, pois notadamente precisaria de uma marinha bastante pujante em termos de meios navais e aeronavais para realizá-lo. A negação do uso do mar é realizada por quem assume a inferioridade, mas pretende dificultar ao máximo seu uso pelo oponente, tem condições de se voltar contra unidades ou forças navais do inimigo, conforme previsto no sétimo objetivo estratégico previsto na END.

Till (2009) cita a definição da negação do uso do mar pelos britânicos e faz menção ao pensamento de Stansfield Turner (1923-2018), renomado almirante estadunidense comandante da segunda esquadra de 1972 a 1974, fazendo uma relação entre um oponente mais fraco contra um oponente mais forte:

The British definition is: “The condition short of full sea control that exists when an opponent is prevented from using an area of sea his purpose. Here the objective is not to use the sea oneself, but to prevent the enemy from doing so. Stanfield Turner thought of it essentially as: Guerrilla warfare at sea. The denying naval commander strikes at a time and place of his choosing to achieve maximum surprise; he does not have to stand his ground toe to toe with the enemy but instead hits and runs. In this way a markedly inferior force can successfully thwart a superior force (TILL, 2009, p.153)¹².

As Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) totalizam quase 4,5 milhões de quilômetros

¹² A definição britânica é: impedir que um oponente utilize ou controle uma área marítima para seus propósitos. Aqui o objetivo não é usar o mar para si mesmo, mas evitar que o inimigo o faça. Stanfield Turner tinha esse conceito como: Guerra de guerrilheiros no mar. O comandante do teatro de operações marítimo busca os ataques à força inimiga no momento e local oportuno de maneira que se consiga a máxima surpresa; ele não tem que se manter na frente do inimigo, mas ataca e bate em retirada. Desta forma, uma força notoriamente inferior pode desgastar uma força superior com sucesso (tradução nossa).

quadrados, incluso nesse total encontra-se a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) a qual dista de 200 milhas náuticas a partir da costa do território continental e também 200 milhas náuticas das ilhas oceânicas (vide figura 1), área de incalculável recursos naturais e de inúmeras biodiversidade. Para se estabelecer o CAM nessa imensa área, a Marinha do Brasil precisaria ter inúmeros meios navais e aeronavais que a tornasse uma potência marítima.

O Brasil é um Estado em desenvolvimento e, assim, não consegue, ainda, garantir recursos orçamentários para possuir uma marinha de tal porte. Embora seja, sem dúvida, um país com peso no cenário mundial, principalmente se forem considerados os fatores como território, acesso ao mar, recursos agrícolas, minerais, população e parque industrial, não se pode deixar de reconhecer as grandes carências sociais da população. Sem ter uma solução, ainda que seja mínima, para essas discrepâncias sociais, não parece ser possível almejar, a curto e médio prazo, a construção e a manutenção de um Poder Naval à altura das necessidades correlacionadas com a defesa dos interesses nacionais.

Sendo assim, para garantir a soberania e assegurar todos direitos previstos nessa gigantesca área marítima, chamada Amazônia Azul, o poder político brasileiro através da END entendeu que se deva priorizar a tarefa básica do poder naval, a negação do uso do mar ao inimigo através de uma força naval submarina de envergadura e para melhor cumprir essa tarefa deu-se a materialização do Programa de desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (BRASIL, 2012, p.70.).

4.2 Programa de desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (PROSUB)

Antes de abordar programa propriamente dito, faz-se necessário mencionar a concepção básica do emprego do submarino e elucidar algumas diferenças entre submarino convencional de propulsão diesel-elétrica e submarino de propulsão nuclear.

A tarefa principal de um submarino é negar o uso do mar ao inimigo, por meio de operações de ataque visando desgastar as LCM vitais ao inimigo e a destruição de suas forças navais. A ação ofensiva está baseada na obtenção do princípio da surpresa. Esse aspecto tático faz do submarino um elemento de grande valor estratégico.

Os submarinos convencionais, com propulsão diesel elétrica, tem a capacidade de ocultação periodicamente interrompida, uma vez que necessitam se posicionar próximo à superfície do mar para aspirar o ar atmosférico em determinados intervalos de tempo. Esse procedimento é necessário para permitir o funcionamento dos motores diesel e renovação do ar ambiente. Nesses momentos, em função das partes expostas acima d'água, os mesmos tornam-se vulneráveis, podendo ser detectados por radares de aeronaves ou navios. Para limitar tal exposição, devem economizar energia ao máximo, o que lhes limita a mobilidade (ABREU, 2014).

Por isso, os submarinos convencionais, são empregados segundo uma estratégia de posição, isto é, são posicionados em uma área limitada, onde permanecem em patrulha, a baixa velocidade. Em razão disso e graças a suas reduzidas dimensões, que lhes permitem manobrar em águas muito rasas, são normalmente empregados em áreas litorâneas.

Nos submarinos com propulsão nuclear, a fonte de energia é um reator nuclear, cujo calor gerado vaporiza água, possibilitando o emprego desse vapor em turbinas que podem acionar geradores elétricos ou o próprio eixo propulsor. Diferentemente dos submarinos convencionais, os nucleares dispõem de elevada mobilidade e, assim, são fundamentais para a defesa distante em águas oceânicas (águas profundas). Com isso, a autonomia dos submarinos com propulsão nuclear é limitada apenas pela resistência física e psicológica das tripulações e estoque de mantimentos. Portanto, a maior vantagem da propulsão nuclear frente à convencional é a discrição que confere às embarcações, visto que ele pode ficar imerso por

meses, enquanto o submarino convencional precisa se aproximar da superfície para recarregar as baterias (ABREU, 2014).

A superioridade dos submarinos com propulsão nuclear também é comprovada pelas distâncias e velocidades que alcançam. Enquanto os submarinos convencionais se deslocam a uma velocidade média de 6 nós (aproximadamente 11 km/h), os com propulsão nuclear chegam a 35 nós, quase 65 km/h. O emprego estratégico dos submarinos diesel-elétricos fica limitado, enquanto o do submarino com propulsão nuclear é vasto, por possuírem fonte virtualmente inesgotável de energia e poderem desenvolver altas velocidades, podem se deslocar para qualquer lugar em curto espaço de tempo (BRASIL, 2018 a.).

Pela sua grande mobilidade e autonomia quase inesgotável, o submarino com propulsão nuclear desafia os mais modernos sistemas de detecção da atualidade e é, por isso, considerado um dos meios navais mais eficientes na dissuasão. Também é o meio capacitado a monitorar áreas marítimas distantes, condição adequada aos interesses brasileiros de proteger sua enorme área de jurisdição, como descrito anteriormente.

O PROSUB, inicialmente, prevê a construção de quatro (04) submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e um (01) submarino de propulsão nuclear. Somente seis (06) países em todo mundo detém a tecnologia para desenvolvimento desse equipamento militar, a citar: Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Rússia, China e Índia (ABREU, 2014).

Em parceria com a França, o programa tem como características principais a transferência de tecnologia, a nacionalização de equipamentos e sistemas e a capacitação de pessoal além de contribuir de maneira significativa para geração de empregos diretos e indiretos. É importante ressaltar que planta a nuclear de geração de energia do submarino de propulsão nuclear será desenvolvida com tecnologia nacional sem qualquer dependência estrangeira. A futura “panóplia” de submarinos da Marinha do Brasil incrementará sua

capacidade de negar o uso do mar ao inimigo aumentando também seu poder de dissuasão.

Os quatro submarinos convencionais brasileiros já começaram a ser construídos e estarão prontos até o final de 2022. O primeiro deles será o Riachuelo (S-40) com previsão de lançamento no segundo semestre de 2018, depois virão o Humaitá (S-41) em 2020, o Tonelero (S-42) em 2021 e o Angostura (S-43) em 2022. Por fim, a Marinha construirá o primeiro Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR), que será batizado de "Álvaro Alberto", uma homenagem ao Almirante Brasileiro que foi o pioneiro no uso da tecnologia nuclear no País. Em um espaço temporal de médio a longo prazo, o PROSUB prevê ao total a construção de quinze (15) submarinos convencionais e seis (06) submarinos de propulsão nuclear (BRASIL, 2018 a.).

A construção do primeiro SN-BR está prevista para ter início em fevereiro de 2020, devendo estar concluída no final de 2029, quando o Submarino passará por testes e provas de cais e de mar, para, posteriormente, ser transferido para o Setor Operativo da MB, Comando de Operações Navais, passando a integrar o núcleo do poder combatente da Força Naval Brasileira, a Esquadra (BRASIL, 2018 a.).

É preciso lembrar que embora o PROSUB não apresente um custo relativamente baixo, há de se destacar que é um programa de Estado, aprovado, em andamento e voltado para defesa nacional que emprega recursos financeiros e tecnológicos nacionais a fim de que se garanta alguma real capacidade operativa para a Marinha do Brasil. O programa reúne, então, características de uma estratégia naval compatível com a realidade orçamentária, que conforme já exposto é aquém de um país que tem uma extensa área marítima sob sua jurisdição.

Face ao exposto, considera-se então que a Marinha do Brasil em consonância com o que prevê a END irá priorizar a tarefa de negar o uso ao inimigo com superioridade naval fazendo uso de submarinos previstos no PROSUB a fim de garantir a soberania na AJB,

podendo assim provocar o desgaste¹³ cujo efeito desejado é reduzir as forças navais inimigas e enfraquecer o controle do mar adversário. Para validar a aplicabilidade da END no que tange a capacidade do Poder Naval brasileiro, pode-se adotar como exemplo de reflexão o conflito pela disputa do arquipélago das Malvinas. Nesse contexto, onde um partido mais fraco (Argentina) se opôs a um inimigo mais forte (Reino Unido) e observando-se o desfecho, foi possível concluir que se a Argentina tivesse uma força de submarinos composta não só por submarinos convencionais, mas também principalmente por um (01) ou mais submarino de propulsão nuclear, conforme previsto no PROSUB, os rumos da contenda no teatro de operações marítimo poderia ter sido outro.

Nesse sentido a Argentina poderia, por exemplo, posicionar seus submarinos de propulsão nuclear afastados do arquipélago das Malvinas realizando operações de ataque¹⁴ em profundidade contra a força inimiga que tivesse em direção às ilhas evitando assim a sua aproximação, isso seria possível uma vez que os mesmos possuem grande mobilidade devida sua reserva de velocidade, e com isso promoveria uma chance considerável de desgaste à força naval inimiga.

Já com os submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica, poderia posicioná-los em zonas de patrulha, as mais próximas possíveis das ilhas Malvinas e com isso poderia se reduzir a chance da força naval inimiga ou parte dela alcançar as proximidades do arquipélago realizando ações de submarinos as quais exploram desses meios navais suas características intrínsecas de ocultação, relativa independência de condições ambientais da superfície,

¹³ Desgaste é uma estratégia Naval clássica cuja concepção muito se assemelha ao corso. A diferença é que naquele o alvo não são as linhas de comunicações marítimas e sim o poder naval inimigo. O objetivo do desgaste é reduzir as forças navais inimigas e enfraquecer o controle do mar adversário. Assim, o desgaste é utilizado por um poder naval mais fraco contra outro mais forte, que busca a obtenção do controle do mar valendo-se de uma série de pequenas operações navais. Um dos instrumentos produtivos para essa estratégia, por exemplo, é o submarino (BRASIL, 2004).

¹⁴ A operação de ataque é a realizada por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais, em conjunto ou isoladamente, para a execução de uma tarefa de, por exemplo, destruir ou neutralizar forças navais, aéreas ou terrestres e meios empregados nas comunicações marítimas do inimigo. Essa operação concorre para a negação do uso do mar (BRASIL, 2017).

mobilidade tridimensional, grande autonomia, capacidade de detecção passiva e poder de destruição (BRASIL, 2017).

Os diferentes posicionamentos dos submarinos ampliariam de maneira considerável a capacidade do país sul americano de negar o uso do mar ao britânico e poderia evitar que sua força naval tivesse sido retraída ao porto depois de seu navio, o Belgrano, ter sido afundado pelo submarino nuclear britânico.

Então, transpondo esse cenário ao do Brasil, tomando-se como referência o conflito das Malvinas, caso o Estado brasileiro entrasse em um conflito armado com um Estado que possuísse uma marinha bem mais forte, a aplicação da END no que concerne à negação do uso do mar ao inimigo poderia ser validada, conforme se vê a seguir:

Posicionariam os submarinos de propulsão nuclear realizando operações de ataque em profundidade, ou seja, em áreas mais afastadas distantes das bacias petrolíferas existentes na AJB e das Ilhas Oceânicas de Fernando de Noronha e Trindade evitando a aproximação das forças navais inimigas nessas áreas (vide figura 2). Ao passo que os submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrico ficariam posicionados em zonas de patrulhas mais próxima do litoral realizando ações de submarino a fim de se contrapor as forças navais inimigas que conseguissem maior aproximação do litoral.

Essa estratégia de posicionamento dos submarinos os quais estão previstos no PROSUB contribuiria para alcançar o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima que é a dissuasão com a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime do Brasil, por meio do mar, conforme previsto na END no primeiro objetivo estratégico da Marinha do Brasil.

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscou-se primeiramente mostrar a importância do mar para humanidade, sobretudo sua relevância para o Estado brasileiro. É na AJB que se encontram quase 90% do petróleo brasileiro e para explorar essa fonte recurso tão cobiçada no globo terrestre, o Brasil possui diversas bacias petrolíferas as quais detém alta tecnologia capaz de extrair esse recurso.

Além do petróleo, item essencial para continuação do desenvolvimento do país, também se pode encontrar nesse espaço marítimo chamado Amazônia Azul outras fontes de recursos, como alguns minerais de alto valor socioeconômico com aplicações em fertilizantes os quais são de extrema importância no setor do agronegócio brasileiro, por exemplo. Somam-se ainda as vertentes científica e ambiental as quais também tem um grande peso em pesquisa e sustentabilidade nessa relevante área, que por sua vez, também corrobora para impulsionar cada vez mais o Estado brasileiro.

A imensa quantidade de recursos naturais encontrados em quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Azul, a enorme biodiversidade presente nessa área e o fato de que o Brasil tem seu comércio exterior quase todo transportado por via marítima, justifica o impacto que esse espaço marítimo tem na vertente econômica no Estado brasileiro o que traz consequências relevantes para o desenvolvimento e futuro do país. Tais fatores devem servir de estímulo para que a sociedade brasileira enxergue esse ambiente marítimo com uma visão estratégica.

Diante da constatação do quão importante o mar é para o desenvolvimento do presente e futuro do Brasil, torna-se evidente que a vertente da soberania da Amazônia Azul deve ser tratada com a merecida atenção. Para prover proteção desse imenso patrimônio presente nesse gigantesco espaço marítimo é preciso dotar o Estado brasileiro de uma estratégia de defesa

compatível com sua realidade e que tenha efetiva funcionalidade.

Face ao exposto citado, este trabalho teve o propósito de validar a atual Estratégia Nacional de Defesa com o foco na tarefa básica do Poder Naval – A negação do uso do mar ao inimigo empregando de maneira hipotética os submarinos de propulsão nuclear e convencional previstos no PROSUB no lado da Argentina no conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982 contra o Reino Unido, ou seja, uma força naval de menor porte se contrapondo a uma força naval de maior porte, fazendo uma analogia caso o Brasil entrasse em conflito contra um Estado possuidor de uma força naval superior.

Ressalta-se que o Brasil é ainda um país em desenvolvimento o qual carece de complexas políticas que resolvam suas diferenças sociais. Pode-se inferir, então, que a aplicação de grandes recursos orçamentários em sua Marinha para que a dote de meios navais suficientemente quantitativos e qualitativos a fim de que possam garantir uma estratégia que proporcione cobertura completa de proteção da Amazônia Azul ainda é uma realidade um pouco distante do Estado brasileiro.

Nesse viés, no capítulo dois (02) foi abordada a teoria da Jeune École, com suas devidas adaptações a qual serviu de apoio para fazer análise com a atual END com foco no poder naval brasileiro, uma vez que essa teoria preconizava como uma marinha mais fraca de um Estado menos desenvolvido economicamente deveria se opor a uma marinha mais forte de um país mais abastado.

Pôde-se então analisar a teoria, adaptá-la e aplicá-la a realidade fazendo uma reflexão hipotética de qual seria o grau de liberdade do submarino de propulsão nuclear britânico no teatro de operações marítimas do conflito das Malvinas caso a Argentina possuísse os submarinos previstos no PROSUB.

No capítulo três (03) o conflito pela disputa das ilhas Malvinas em 1982 entre a Argentina e o Reino Unido foi contextualizado a fim de que se entendesse o impacto que o

afundamento do CL Belgrano (navio argentino) por um submarino de propulsão nuclear britânico gerou na esquadra argentina e conseqüentemente mudou os rumos da contenda.

No que tange aos aspectos apresentados, foi possível perceber, o quão importante é para um país, possuir esses vetores navais em suas esquadras, sejam estes países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Também foi possível analisar e inferir que se Argentina tivesse submarinos conforme previsto no PROSUB, o desfecho do teatro de operações marítimo nesse conflito poderia ter sido outro.

No capítulo quatro (04) apresentou-se através da PND o porquê o PROSUB está intimamente ligado a atual END. Verificou-se que na atual END a tarefa básica prioritária do poder naval é negar o uso do mar ao inimigo que tenha superioridade naval através de submarinos previstos nesse programa. Além disso, constatou-se que se a Argentina tivesse, hipoteticamente, esses submarinos do PROSUB, sua capacidade de negar o uso do mar aos britânicos seria bem maior e poderia ter evitado o afundamento do seu navio e ter mudado o desfecho no teatro de operações navais desse conflito.

Ainda nesse capítulo foi feita uma análise do Brasil tomando-se como referência o conflito das ilhas Malvinas e observou-se que caso o Estado brasileiro entrasse em uma contenda com um país que possuísse uma marinha bem mais forte, a sua END, com foco no poder naval, seria validada através do emprego dos submarinos previstos no PROSUB empregando-os, prioritariamente, na negação do uso do mar, provendo assim uma maior proteção da Amazônia Azul contra um inimigo mais poderoso vindo do mar.

Dessa maneira fundamentada, espera-se que este trabalho tenha atingido seu propósito de validar atual END no tocante ao poder naval brasileiro, mostrando que é possível proteger a Amazônia Azul de força naval inimiga com maior superioridade, possibilitando que apenas o Brasil possa usufruir dessa área tão rica a que tem direito.

REFERÊNCIAS

- ABREU. José Augusto de Moura. *A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria*. Uma análise comparativa com foco em submarinos. Rio de Janeiro: Femar, 2014.
- BARBOSA JUNIOR, Ilques. *Oceanopolítica: Conceitos fundamentais (cap.9)*. In: BARBOSA JUNIOR, Ilques e More, Rodrigo Fernandes (org). *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012. Disponível em: <www.egn.mar.mil.br/arquivos/cursos/cemos/OceanoPol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BRASIL. LS-III-0401A. Escola de Guerra Naval, *Noções de Estratégia Naval*, 2004.
- _____, Ministério de Defesa, *Política Nacional de Defesa*, 2012 a.
- _____, Ministério da Defesa, *Estratégia Nacional de Defesa*, 2012 b.
- _____, Ministério da Defesa. MD35-G-01. *Glossário das Forças Armadas*. 4ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- _____, Estado Maior da Armada: *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. (1ª edição) Brasília, 2017. Ostensivo.
- _____, Marinha do Brasil. *Programa de desenvolvimento de submarinos*. 2018 a. Disponível em: <www.marinha.mil.br/prosub/>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- _____, Marinha do Brasil. *Amazônia Azul*. 2018b. Disponível em: <www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- CAMINHA. João Carlos Gonçalves. *A guerra das Malvinas: conjecturas e considerações estratégicas*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v.108 nº10/12, 47-60out/dez.1988.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia* / Hervé Coutau-Bégarie; tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. - Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.v.1. Disponível em: <www.egn.mar.mil.br/cemos-exameselecao.php>. Acesso em: 05 abr. 2018.
- COSTA, Luiz Sergio Silveira. *A Jeune Ecole: uma concepção inteiramente atual*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 101, n. 10/12, p. 83 a 105, out./dez. 1981.
- _____, Luiz Sergio Silveira. *Importância dos Submarinos na Complexa Nova Ordem*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 117, n. 10/12, p. 258 a 273, out./dez. 1997.

DE MATTOS, Leonardo Faria. *Uma “Jeune École Brasileira”*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2004. Disponível em: <www.egn.mar.mil.br/cepe-trabacademicos.php>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986.

FERNANDES, Luiz Philippe da Costa. *O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do País*. Rio de Janeiro: Cembra, 2014. Disponível em: <www.cembra.org.br/segundo-projeto.html>. Acesso em 23 jun. 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TILL, Geoffrey. *Seapower, a guide for the Twenty-first century – Second edition*. Routledge: London and New York, 2009.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

_____, Armando Amorim Ferreira. *Conflito no Atlântico Sul*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 107 n°10/12, 9-52, out/dez. 1987.

_____, Armando Amorim Ferreira. *Uma Estratégia Naval para o Século XXI*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 117, n. 7/9, p. 87 a 120, jul./set. 1997.

_____, Armando Amorim Ferreira. *Apontamentos de Estratégia Naval*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 118, n. 7/9, p. 103 a 131, jul./set. 1998.

_____, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução Tecnológica no Setor Naval na Segunda Metade do Século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 120, n. 10/12, p. 131 a 197, out./dez. 2000.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. e ALMEIDA, Francisco Alves de. *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record LTDA, 2009. capítulo 15.

WEDIN, Lars. *Estratégia Marítima do século XXI, A contribuição do Almirante Castex*- Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. Disponível em: <www.egn.mar.mil.br/cepos-exameselecao.php>. Acesso em 05 abr. 2018.

ANEXO A – MAPA DA AMAZÔNIA AZUL

A figura abaixo, toda cor azul, é representada pelo espaço marítimo chamado Amazônia Azul.

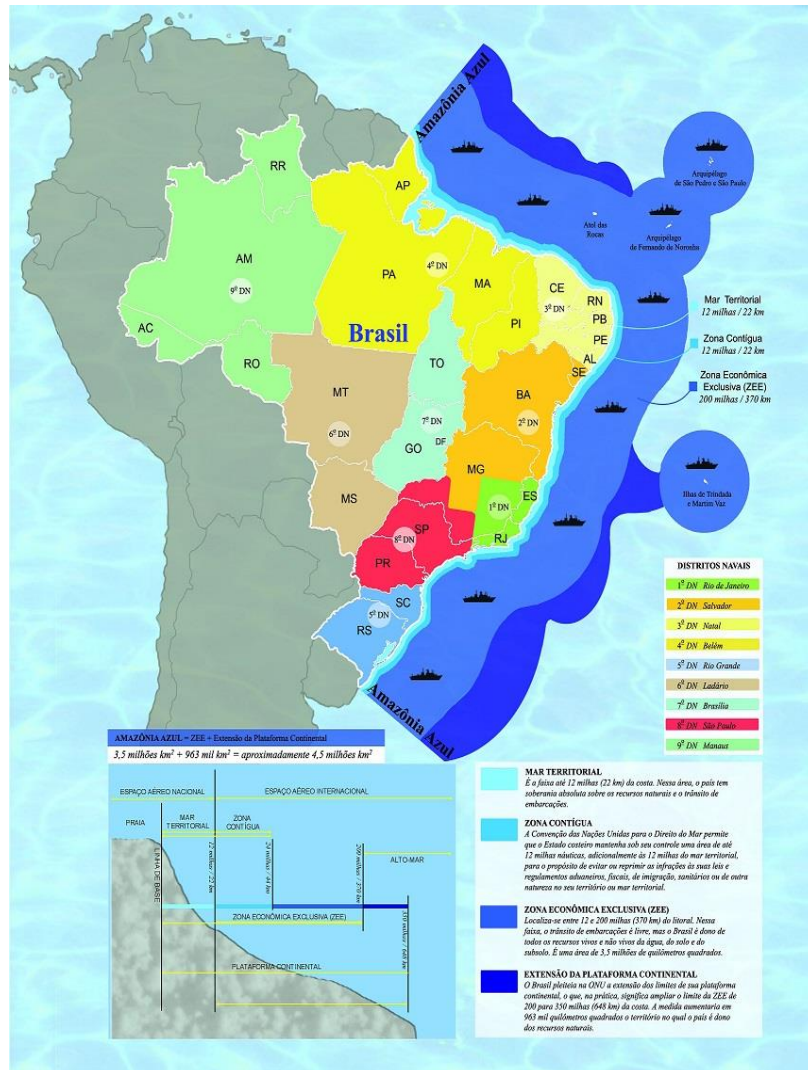


FIGURA 1 – Mapa da Amazônia Azul

Disponível em: <www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul>. Acesso em 25 jul. 2018.

ANEXO B – ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS SUMARINOS PREVISTOS NO PROSUB

A figura abaixo mostra como serão as zonas de patrulhas dos submarinos convencionais, mais próximas da costa e com menores dimensões, e a liberdade que a mobilidade estratégica proporciona aos submarinos de propulsão nuclear, com sua área de responsabilidade mais afastada e consideravelmente maior.

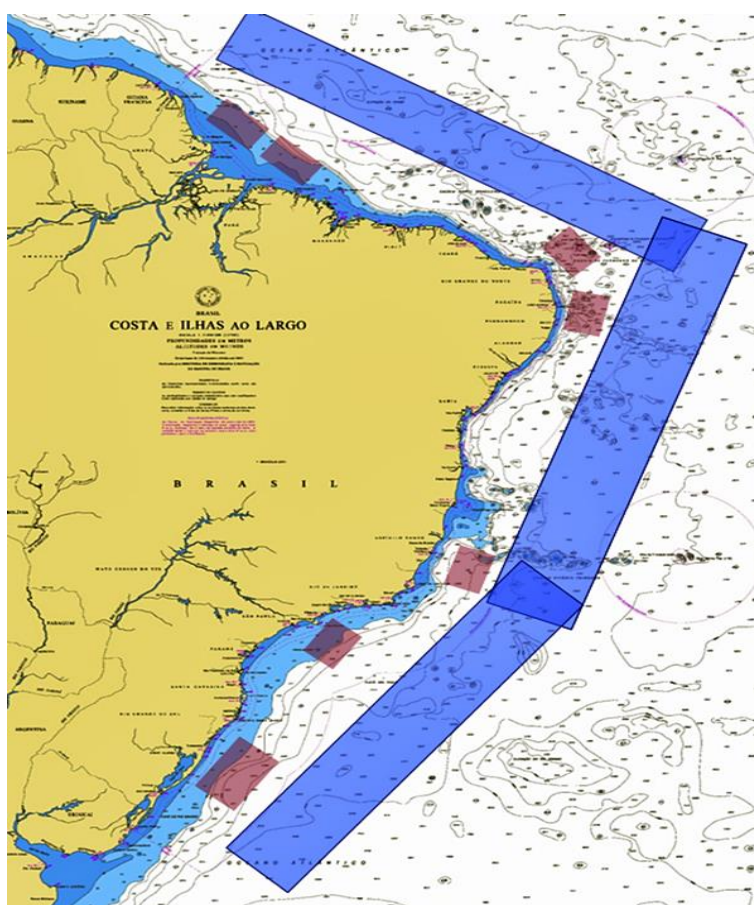


FIGURA 2 – Áreas de atuação dos submarinos previstos no PROSUB.
Disponível em: <www.defesaaereanaval.com.br/submarinos/>. Acesso em: 25 jul. 2018.